



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA – CSSF

REQUERIMENTO Nº DE 2013

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública nesta Comissão com o objetivo de discutir as políticas de atenção aos usuários de drogas como uma questão de saúde pública.

Senhor Presidente,

Com amparo nos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno, vimos requerer a Vossa Excelência que, no contexto das atividades do GT da Saúde Mental, seja realizada audiência pública, nesta Comissão, com o objetivo de debater as políticas de atenção aos usuários de drogas como uma questão de saúde pública, indicando para discutir o tema os seguintes nomes: 1) Paulo Amarante, presidente da ABRASME – Associação Brasileira de Saúde Mental; 2) Daniela Skromov de Albuquerque, Defensoria Pública de São Paulo; 3) Roberto Tykanori, da Coordenadoria de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde e, 4) um representante da Rede Nacional Internúcleo da Luta Antimanicomial.

JUSTIFICAÇÃO

A concepção de uma política nacional de enfrentamento ao uso de drogas requer iniciativas terapêuticas e arranjos institucionais psicossociais integrais, singulares, intersubjetivos e não-manicomiais. O incentivo à abertura e manutenção dos serviços de saúde mental no SUS voltados para abordagem à dependência química ou uso abusivo de drogas devem estar sob dispositivos analisadores de suas condutas, projetos terapêuticos e resolutividade assistencial para evitar o delineamento institucionalizante da vida humana.

Por conta disso, a efervescente propulsão de iniciativas tecno-assistenciais com intenso atravessamento político-ideológico pautado na reclusão, isolamento, cura plena e práticas limitadas ao sentido cognitivo-



comportamento da vida, tendem a estimular a sociedade num entendimento acrítico da prática do isolamento manicomial e reducionista que a Reforma Psiquiátrica brasileira tanto luta para exterminar dos cenários assistenciais e terapêuticos.

Em nossa avaliação, essa discussão é oportuna e deve ser feita da forma mais ampla e democrática possível, particularmente quando se leva em consideração o papel do Estado no dever de prover a atenção à saúde, com rede assistencial e articulação intersetorial, ao tempo, que deve pressupor em todas as práticas a cidadania e a promoção da vida em sociedade.

Isso posto, e considerando a inegável importância do tema ora sugerido, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a provação do presente Requerimento.

Sala das Comissões,

agosto de 2013

Deputada Erika Kokay - PT/DF